

# ***A proibição de expulsão coletiva de estrangeiros no Protocolo Adicional No. 4 à CEDH***

LUÍS A. M. MENESES DO VALE



Masaccio, *Cacciata di Adamo ed Eva*

**CONGRESSO SOBRE A CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS E  
OS PROTOCOLOS ADICIONAIS**

Lisboa,  
5 de Junho de 2019

## **PAINEL E - LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO E DIREITOS POLÍTICOS E SOCIAIS**

1. *A liberdade de circulação no Protocolo Adicional No. 4 à CEDH* | Manuel Guedes Valente
2. *A proibição de expulsão coletiva de estrangeiros no Protocolo Adicional No. 4 à CEDH* | Luís A Meneses Vale
3. *O direito a eleições livres no Protocolo Adicional No. 1 à CEDH* | Paula Veiga
4. *O direito à instrução no Protocolo Adicional No. 1 à CEDH* | Miguel Assis Raimundo
5. *As restrições dos direitos da Convenção em tempo de múltiplas crises* | Ana Guerra Martins

### **PROTOCOLO ADICIONAL N.º 4**

#### **ARTICLE 4**

#### **Prohibition of collective expulsion of aliens**

*Collective expulsion of aliens is prohibited.*

#### **ARTICLE 4**

#### **Interdiction des expulsions collectives d'étrangers**

*Les expulsions collectives d'étrangers sont interdites.*

#### **ARTIGO 4º**

#### **Proibição de expulsão colectiva de estrangeiros**

*São proibidas as expulsões colectivas de estrangeiros.*

## COMENTÁRIO ESCRITO

### I. PRE(SSU)POSIÇÕES METODOLÓGICAS.

1. *Do tema: incipit.*
2. *Da CEDH.*
3. *Do Comentário.*
4. *Da Interpretação.*

### II. PROBLEMAS AXIAIS.

1. Lineamento intencional.
2. Corte estrutural.

### III. ELEMENTOS.

1. Direito Comparado: sinóptica.
2. Gramática e heurística.
3. História: entre genealogia e contexto(s).
4. Sistema teleomológico: dos fundamentos aos fins.
5. Casuística: dos problemas aos juízos.

### IV. PROPOSIÇÕES INTERPRETATIVAS.

### V. REFERÊNCIAS (DOUTRINAIS, JURISPRUDENCIAIS, LEGAIS)

*Nostram autem consummationem, quae a vobis deo adnuente componetur, digestorum vel pandectarum nomen habere sancimus, nullis iuris peritis in posterum audentibus commentarios illi adplicare et verbositate sua supra dicti codicis compendium confundere*

(Iustinianus)

*Was im 'Palandt' steht, das gilt*  
(E. Schneider)

*Bilden Kommentare das Recht nur ab oder schaffen sie Recht? Wer das Kommentieren für eine Kunst hält, wird hierin einen falschen Gegensatz erkennen.*

(David Käßle-Lamparter)

*We are confronting a formidable problem in our global political economy: the emergence of new logics of expulsion*

(Saskia Sassen)

*(...) porre in rilievo l'individualità, l'irriducibile singolarità delle donne e degli uomini che delle migrazioni sono protagonisti: lungi dal poter essere assunte come presupposti naturali dell'identità dei migranti, "culture" e "comunità" diventano così specifiche costruzioni sociali e politiche, sui cui processi di produzione e di riproduzione è necessario interrogarsi. (...) questa insistenza sulla concreta singolarità dei migranti consente di illuminare i caratteri esemplari della loro condizione e della loro esperienza: definita nel punto di intersezione tra una potente tensione soggettiva di libertà e l'azione di barriere e confini a cui corrispondono specifiche tecniche di potere.*

(Sandro Mezzadra)

*Étranger, sur toutes grèves de ce monde, sans audience ni témoin, porte à l'oreille du Ponant une conquête sans mémoire. (...)  
«J'habiterai mon nom», fu ta réponse aux questionnaires du port. Et sur les tables du changeur, tu n'as rien que de trouble à produire (...)*

(Saint-John Perse)

*Lídia, ignoramos. Somos estrangeiros  
Onde quer que estejamos*  
(Ricardo Reis)

## I. PROLEGÓMENOS

### 1. *Ensaio de aproximação ao problema*, desde a *universal condição* de vulnerabilidade

#### 1.1. *A Fala do anjo*: expulsão do Paraíso e a exposição do *Da-sein*

“*Well may then thy Lord, appeased,  
Redeem thee quite from Death's rapacious claim;  
But longer in this Paradise to dwell  
Permits not: to remove thee I am come,  
And send thee from the garden forth to til  
The ground whence thou wast taken, fitter soil.*”

Milton *Paradise Lost* (Book XI, 257-262).

#### 1.2. *O Mar do meio* e a *eu-topia* europeia: *Noé e as Oliveiras*

#### 1.3. História de um naufrágio: a decadência humanitária da europa?

### 2. *Dois reservas metodológicas* iniciais a imporem duas *ressalvas*:

- A primeira, quanto ao Comentário como *forma/gestalt* e *medium* do pensamento, da comunicação e da actuação/intervenção jurídica, convocado um pouco acriticamente, por compreensível suspensão de meta-problemas a montante das pragmáticas necessidades dos juristas, mas nem por isso academicamente isentáveis de um escrutínio da situação e status locutório que ocupam e de que partem.

- A segunda relativamente ao cânone metódico e às pre-compreensões metodológicas com que se vê praticamente incorporado na actividade do tribunal, ironicamente, num contexto em que a aproblematicidade da sua convocação contrasta com o indiscutível relevo prático-normativamente concreto dessas oblíquas meta-reflexões de segundo nível, contanto critico-reconstrutivas das próprias operações metódicas de mobilização de uma fragmentária, erodida e super-estrutural dogmática jurídica.

2. A culminarem na assunção de uma *perspectiva filosófico-teórica* peculiar: a de um *jurisprudencialista* do direito, com uma cultura constitucional eminentemente prático-poética, *em acepção pragmático-institucional* (ou sociológica), e *político-arquitectónica*, sintetizadas numa certa ideia de nomos ou *politonomia*.

Ora se ela se acolhe de bom grado e confortavelmente num painel sobre a liberdade de circulação e os direitos sociais, cuja síntese realmente emancipadora constitui o grande desafio de *protecção* e *promoção*, segurança e justiça sociais., por outro lado, também se exprime no ponto seguinte, convergindo com as anteriores, e todas:

3. A *ditarem um estilo e modus de anotação algo heterodoxo*, centrado na comunhão dos elementos, sem se eximir à sua final conjugação e síntese numa proposta doutrinal-dogmática nascida na confluência das vários fontes e influxos rastreados

## II. NO RAST(REI)O DOS PROBLEMAS

1. Levantamento das questões
2. Intenções e funções das normas da CEDH e dos Protocolos em causa
  - 2.1. Influência na política pública
  - 2.2. Julgamento das causas
3. Momento *intencional*
4. Corte *analítico-estrutural*
5. Qualificação e classificação teórica
6. Tópicos
  - 6.1. A *proibição*
  - 6.2. A *expulsão*
  - 6.3. A *índole (objectiva ou subjectiva, activa ou passivamente) colectiva*
  - 6.4. A condição de *estrangeiro*

## III. ELEMENTOS A EQUACIONAR

1. Os materiais comparáveis
2. A História
3. O sistema teleológico
4. Os problemas e os juízos

## IV. PROPOSTA DE LEITURA

A garantia de não expulsão colectiva protege os direitos fundamentais das vítimas de expulsão que estejam substancialmente consagrados pela CEDH. Contudo, o foco da interdição na natureza colectiva da medida tem sido sobretudo interpretado, ora como um limite *ratione personae* (dado o perigo de acções discriminatórias reservadas a um determinado grupo populacional, em função da sua identidade colectiva ou nexu estruturante), ora como um limite *ratione prosequi* (na medida em que procura precluir-se a possibilidade de tratamento desrespeitoso e descuidado de que pode ser vítima qualquer indivíduo, quando objecto de um procedimento genérico, massificado, indistinto ou indiferenciado).

Num e noutro caso - antecipar-se-ia - o individuo vê-se reduzido à qualidade ou estatuto de membro de um grupo ou agregado de pessoas, apenas com a diferença de:

- Na primeira hipótese, este último ser arvorado em dimensão (ao menos presuntivamente) definidora da sua própria identidade (sujeitando-o à discriminação que visa o grupo);

- Na segunda, permanecer um elemento contingente ou acidental, fruto, v.g., da contiguidade espacial ou da simultaneidade temporal e sobretudo do próprio tratamento conjunto (ainda que a categoria do imigrante ou refugiado cada vez mais se cristalice como generalização ou caricatura social).

A complexa condição tensional do *homem situado*, ao mesmo tempo individual e social, ser pessoal e comunitário, acha-se, pois, no cerne da *quaestio disputata*.

Com a proibição em apreço, ergue-se, uma *suspeita de princípio* relativamente a todas as *medidas de expulsão não individuais*, cuja dissipação requer dos Estados um conjunto de obrigações positivas em matéria de respeito e consideração pelos indivíduos, e o ónus de as provar, nesse seu carácter, em caso de disputa. Daqui procede a necessidade de substanciar prático-normativamente, uma tal exigência de individua(liza)ção, no que toca ao procedimento observado e aos respectivos destinatários.

---

## ANEXOS

Decreto de D. Manuel *todos os Judeus, e Mouros forros...*

*(...) Determinamos, e Mandamos, que da publicação desta Nossa Lei, e Determinação até por todo o mês de Outubro do ano do Nascimento de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e sete, todos os Judeus, e Mouros forros, que em Nossos Reinos houver, saiam fora deles, sob pena de morte natural, e perder as fazendas, para quem os acusar."*

Decreto de Granada ou de Alhambra

*Debido a que cuando un crimen detestable y poderoso es cometido por algunos miembros de algún grupo es razonable el grupo debe ser absuelto o aniquilado y los menores por los mayores serán castigados uno por el otro y aquellos que permiten a los buenos y honestos en las ciudades y en las villas y por su contacto puedan perjudicar a otros deberán ser expulsados del grupo de gentes y a pesar de menores razones serán perjudiciales a la República y los mas por la mayoría de sus crímenes seria peligroso y contagioso de modo que el Consejo de hombres eminentes y*

*caballeros de nuestro reinado y de otras personas de conciencia y conocimiento de nuestro supremo concejo y después de muchísima deliberación se acordó en dictar que todos los Judíos y Judías deben abandonar nuestros reinados y que no sea permitido nunca regresar.*

*Nosotros ordenamos además en este edicto que los Judíos y Judías cualquiera edad que residan en nuestros dominios o territorios que partan con sus hijos e hijas, sirvientes y familiares pequeños o grandes de todas las edades al fin de Julio de este año y que no se atrevan a regresar a nuestras tierras y que no tomen un paso adelante a traspasar de la manera que si algún Judío que no acepte este edicto si acaso es encontrado en estos dominios o regresa será culpado a muerte y confiscación de sus bienes*



**Dana Schutz's "Expulsion, 2018**



## Referências

### Doutrinais

- ALBA, Juan Fernando Durán, “Prohibition on the Collective Expulsion of Aliens (Article 4 of Protocol 4)”, in Javier García Roca and Pablo Santolaya (Eds.), *Europe of Rights: A Compendium on the European Convention of Human Rights*, Brill | Nijhoff, 2012, pp. 629 e ss
- ANTKOWIAK, Thomas & Gonzaga, Alejandra, *The American Charter on Human Rights*, OUP, Oxford, 2017, Apêndice, pp. 187 e ss.
- ARLETTAZ, Fernando “Collective expulsion of aliens in the ECHR case-law: a comment on Hirsi Jamaa and others v. Italy (Grand Chamber, Application no. 27765/09, 23/02/2012)”, in *Observatorio PSyD (Peace, Security and Defence Chair)*, 6th of August 2013.
- ARLETTAZ, Fernando, “La Expulsión De Extranjeros En El Pacto Internacional De Derechos Civiles y Políticos”, in *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, Volume 49, Issue 145, 2016, Pages 13-45.
- AROCENA, M.ª Dolores Bollo, *Límites personales y materiales al derecho de los estados a la expulsión de extranjeros. Una visión desde el derecho internacional público*, Cursos de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales de Vitoria-Gasteiz, Universidad del País Vasco, Bizkaia, 2012.
- BADENHOP, Johannes, “Auslegung der EMRK”, in Johannes Badenhop, *Normtheoretische Grundlagen der Europäischen Menschenrechtskonvention*, Nomos, 2010, Seite 53 – 91
- BALIBAR, Etienne, MEZZADRA, Sandro & SAMADDAR, Ranabir (Eds.), *The Borders of Justice*, Temple University Press, Philadelphia, 2012.
- BALKIN, Jack, *Constitutional Redemption: Political Faith in na Unjust World*, Harvard University Press, Cambridge, Ma, 2011
- BALKIN, Jack, *Living originalism*, Harvard University Press, Harvard University Press, Cambridge, Ma, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt, *Strangers at our Door*, Polity Press, Cambridge, 2016.
- BATES, Ed, *The Evolution of the European Convention on Human Rights*, OUP, Oxford, 2010.
- BRONZE, Fernando J., *Lições de Introdução ao Direito*, 2.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.
- BRONZE, Fernando J., *Analogias*, Coimbra Editora, Coimbra, 2012.
- BROOKS, Tequila, “Can Frontex Be Held Liable for Human Rights Violations? Potential Application of Recent European Case Law to the Activities of an Inter-Governmental Agency”, *SSRN*, June 20, 2012.
- BUSTAMANTE, (Relator especial sobre derechos humanos), “Protección de todos los derechos humanos, civiles, políticos, económicos, sociales y culturales”, UN Doc. A/HC/7/12, 25 de febrero de 2008.
- CALIESS, Graf-Peter Caließ, „Kommentar und Dogmatik im Recht: Funktionswandel im Angesicht von Europäisierung und Globalisierung“, in Kästle, David, Jansen, Nils (Hrsg.), *Kommentare in Recht und Religion*, Mohr Siebeck, 2014. Pp. 381–392.
- CARLIER, Jean-Yves, “EU Immigration and Asylum Law and Policy. Collective expulsion or not? Individualisation of decision making in migration and asylum law”, *EU Migration Blog*, 8th January 2018.
- CARLIER, Jean-Yves e Saroléa, S, *Droit des étrangers*, Bruylant, Bruxelles, 2016.
- CHETAIL, Vincent, *International Migration Law*, Oxford University Press, Oxford, 2019.
- CHETAIL, Vincent, “The transnational movement of persons under general international law – Mapping the customary law foundations of international migrant law”, in CHETAIL, Vincent & BAULOZ, Céline (Eds.), *Research Handbook on International law and Migration*, Edward Elgar, Cheltenham e.a., 2014, pp. 1-72.
- CILIBERTO, Giulia, “Libya’s Pull-Backs of Boat Migrants: Can Italy Be Held Accountable for Violations of International Law?”, *The Italian Law Journal*, Vol. 04 – No. 02, 2018, 489 e ss.
- CIVININI, Maria Giuliana, “Il valore del precedente nella giurisprudenza della Corte europea dei diritti dell’uomo”, in *Questione Giustizia (Rivista trimestrale)*, Fascicolo 4/2018.

- COELHO, Nuno M. M. Santos e SILVA, António Sá da (Orgs.) – *Teoria do Direito. Direito Interrogado Hoje – O Jurisprudencialismo: Uma Resposta Possível? Estudos em Homenagem ao Doutor António Castanheira Neves*, Editora JusPodivm, Salvador, 2012.
- COMMISSION, International Law (ILC), *Expulsion of aliens* - Memorandum by the Secretariat, Fifty-eighth session, Geneva, 1 May-9 June and 3 July-11 August 2006
- COMMISSION, International Law (ILC), *Draft articles on the expulsion of aliens, with commentaries*, 2014 [Adopted by the International Law Commission at its sixty sixth session, in 2014 and submitted to the General Assembly as a part of the Commission’s report covering the work of that session A/69/10 ).
- CORELLA, Ángeles Solanes, “La protección judicial de los extranjeros frente a las expulsiones colectivas y las devoluciones ‘en caliente’”, in *Cuadernos Electrónicos de Filosofía del Derecho*, número 36, 2017, pp. 195 e ss.
- CORNELL, Drucilla, *Moral Images of Freedom: A Future for Critical Theory*, Rowman & Littlefield Publishers, Lanham i.a., 2008
- CORTESE, Fluvio & PELACANI, Gracy (a cura di), *Il Diritto in Migrazione. Studi sull’integrazione giuridica degli stranieri*, Università degli Studi di Trento, Trento, 2017
- COUNCIL, Economic and Social (ECS) - Commission on Human Rights (Sub-Commission on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities), *Comprehensive examination of thematic issues relating to the elimination of racial discrimination. The rights of non-citizens*. Working paper submitted by Mr. David Weissbrodt, in accordance with Sub-Commission decision 1998/103, 31 May 1999 (E/CN.4/Sub.2/1999/7)
- CROSBY, Andrew, “Strengthening the Legal Position of Aliens”, in *Juridische Meesterwerken – Vrije Universiteit Brussel – 2010-2011*, pp. 321 e ss.
- DEGOOYER, Stephanie, HUNT, Alastair, MAXWELL, Lida, MOYN, Samuel, *The Right to Have Rights*, Verso Books, London and New York, 2018.
- DEMBOUR, Marie-Bénédicte, *Who Believes in Human Rights?. Reflections on the European Convention*, Cambridge University Press, Cambridge, 2006.
- DENG, Francis, “From Sovereignty as Responsibility to the Responsibility to Protect”, in *Global Resp. to Protect*, 2, 2010, pp. 353-370.
- DURANTI, Marco, *The Conservative Human Rights Revolution. European identity, Transnational Politics, and the Origins of the European Convention*, Oxford University Press, Oxford, 2017.
- ESPOSITO, Roberto, “A Nova Linguagem Política: Pós-Democracia e Biopolítica”, in *ELECTRA*, n.º 1, Março de 2018, pp. 80-87.
- FERRUA, Paolo, “L’interpretazione della Convenzione europea dei diritti dell’uomo e il preteso monopolio della Corte di Strasburgo”, *Processo Penale e Giustizia*, 4, 2011, pp. 116-124.
- FIKENTSCHER, Wolfgang, *Methoden des Rechts in vergleichender Darstellung*, Bd. IV, 1977, S. 201
- GARCÍA, Carolina Soler, “La prohibición de las expulsiones colectivas de extranjeros en la jurisprudencia del Tribunal Europeo de Derechos Humanos: especial referencia al caso de España”, in *Revista General de Derecho Europeo*, N.º. 45, 2018, págs. 107-160.
- GASPAR, António Henriques, “A Influência da CEDH, no diálogo interjurisdicional a perspectiva nacional ou o outro lado do espelho”, in *Julgar*, n.º 7, 2009, pp. 33.
- GIL, Ana Rita, “Collective expulsions in times of migratory crisis: Comments on the Khlaifia case of the ECHR”, in *EU Immigration and Asylum Law and Policy* (<http://eumigrationlawblog.eu/>), 11 de Fevereiro de 2016.
- GIL, Ana Rita, “Comentário ao Artigo 19.º”, in Alessandra Silveira & Mariana Canotilho (coord.), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia Comentada*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 244-254.
- GIUFFRÉ, Mariagiullia, “Access to Asylum at Sea? Non-refoulement and, a Comprehensive Approach to Extraterritorial Human Rights Obligations”, in V. Moreno Lax, & E. Papastavridis (Eds.), *Boat Refugees and Migrants at Sea: A Comprehensive Approach Integrating Maritime Security with Human Rights*, Brill, 2016.
- GLANVILLE, Luke, “The antecedents of ‘sovereignty as responsibility’”, in *European Journal of International Relations*, 17 (2), pp. 233–255
- GRABENWARTER, Christoph & Pabel, Katharina Pabel, “Die Flüchtlingskrise und die Menschenrechte”, in *Österreichisches Jahrbuch für Politik*, 2016., pp 273-286
- GRABENWARTER, Christoph, & Pabel, Katharina, *Europäische Menschenrechtskonvention. Ein Studienbuch*, 6. Aufl. C.H. Beck, München/Basel/Wien 2016.

- GRABENWARTER, “Christoph, The European Convention on Human Rights: Inherent Constitutional Tendencies and the Role of the European Court of Human Rights”, in *ELTE Law Journal*, 1/2014, pp. 101-115.
- GREER, Steven, *The European Convention on Human Rights: Achievements, Problems and Prospects*, CUP, Cambridge, 2006.
- GUERRA, Luis López, “El sistema europeo de protección de derechos humanos”, in George Rodrigo Bandeira Galindo/René Urueña/Aida Torres Pérez (Coords.), *Protección Multinivel de Derechos Humanos: Manual*, Red de Derechos Humanos y Educación Superior, Universidad Pompeu Fabra, Barcelona, 2013.
- GUNTHER, Johanna C., “Collective Expulsion and the Khlaifia Case: Two Steps Forward, One Step Back”, *VerfassungsBlog*, 2016/12/16.
- HÄBERLE, Peter, *Vergleichende Verfassungstheorie und Verfassungspraxis. Letzte Schriften und Gespräche*, Duncker & Humblot, Berlin, 2016, máxime 27 e ss.
- HÄBERLE, Peter, *Verfassungsvergleichung in europa- und weltbürgerlicher Absicht*, Duncker und Humblot, Berlin, 2009.
- HÄBERLE, Peter, *Rechtsvergleichung im Kraftfeld des Verfassungsstaates Methoden und Inhalte, Kleinstaaten und Entwicklungsländer*, Ducker & Humblot, Berlin, 1992.
- HARRENDORF, Stefan & KÖNIG, Stefan, “Protokoll Nr. 4”, in MEYER-LADEWIG, Jens, NETTESHEIM, Martin, VON RAUMER, Stefan (Hrsg.), *Europäische Menschenrechtskonvention. Handkommentar*, 4. Auflage, Nomos, 2017., pp. 794 e ss - maxime 802-803 (Artikel 4. Verbot der Kollektivausweisung ausländischer Personen).
- HARRIS, David, O’BOYLE, Michael, BATES, Ed. & BUCKLEY, Carla, *Law of the European Convention on Human Rights*, Fourth Edition, OUP, Oxford, August 2018.
- HAUER, A., “Freiheit der Person und Freizügigkeit” (Grundrechte in Österreich), Detlef Merten/Hans Jürgen papier (Hrsg.), *Handbuch der Grundrechte in Deutschland und Europa: Band VII/1: Grundrechte in Österreich*, 2. Auflage, C.F. Müller, Heidelberg/München, etc., 2014, pp. 441 (IV)
- HENCKAERTS, J. M., *Mass expulsion in modern international law and practice*, The Hague, 1995.
- HENNE, Thomas, “Die Prägung des Juristen durch die Kommentarliteratur: Zu Form und Methode einer juristischen Diskursmethode”, in *Betrifft Justiz* 22, (2006), pp. 352–356.
- HESPANHA, António, *O direito democrático numa era pós-estatal: A questão política das fontes de direito*, e.book, 2018.
- HILL, Marc & Yıldız, Erol (Hg.), *Postmigrantische Visionen. Erfahrungen – Ideen – Reflexionen*, transkript Verlag, Bielefeld, 2018.
- KAKOSIMOU, Vasili, “Non-refoulement and access to asylum”, in *PEOPLE: International Journal of Social Sciences*, Volume 3 Issue 2, September 2017, pp. 167 – 179.
- KÄLIN, Walter, “Aliens, Expulsion and Deportation”, in *Max Planck Encyclopedia of Public International Law [MPEPIL]* (last updated: October 2010), ponto F.
- KAMTO, Maurice (Rapporteur Special) *Preliminary report on the expulsion of aliens*, Document A/CN.4/554, 2 June, 2005
- KAMTO, Maurice (Rapporteur Speciale), *Third report on the expulsion of aliens*, Document A/CN.4/581, 19 April 2007.
- KARPENSTEIN, Ulrich & MAYER, Franz C. (Hrsg.), *EMRK, Kommentar*, 2. Aufl. Beck, München, 2015
- KÄSTLE, David Julius, “Recht durch Kommentare? Der juristische Kommentar als materielles Requisite der Rechtsumsetzung”, *Beiträge zur Rechtsgeschichte Österreichs*, 2013, pp. 430-437.
- KÄSTLE-LAMPARTER, David, *Welt der Kommentare: Struktur, Funktion und Stellenwert juristischer Kommentare in Geschichte und Gegenwart*, Mohr Siebeck, Tübingen, 2016.
- KIDANE, Won, “Procedural Due Process in the Expulsion of Aliens Under International, United States, and European Union Law: A Comparative Analysis”, in *Emory International Law Review*, 27, 2013, pp. 285 e ss
- KLATT, Matthias, “Positive Obligations under the European Convention on Human Rights”, in *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht*, 71, 2011, pp. 691-718
- KLOCKE, Daniel Matthias, “Die dynamische Auslegung der EMRK im Lichte der Dokumente des Europarats” in *EuR (Europarecht)*, Jahrgang 50 (2015), Heft 2, 148-168.
- LETSAS, George, *A Theory of Interpretation of the European Convention on Human Rights*, Oxford University Press, Oxford, 2007.

- LINHARES, J. M. Aroso, *Jurisprudencialismo: Uma Resposta Possível em Tempo(s) de Pluralidade e de Diferença?*, polic., Coimbra, 2008-2010.
- LINHARES, J. M. Aroso «Law's Cultural Project and the Claim to Universality or the Equivocalities of a Familiar Debate», *International Journal for the Semiotics of Law*, 25/4, 2012, 489-503.
- LINHARES, J. M. Aroso, “Phronêsis und Tertialität: Die Behandlung des Neuen als Kern des “geworfenen Entwurfs” des Rechts”, in PHILIPPS, Lothar; BENGEL, Rainhard (Hrg.). – *Von der Spezifikation zum Schluss : Rhetorisches, topisches und plausibles Schließen in Normen- und Regelsystemen*, Nomos Verlag, Baden-Baden, 2013, pp. 37-56.
- LINHARES, J. M. Aroso, “Juízo ou decisão?: uma interrogação condutora no mapa do discurso jurídico contemporâneo», in Fernando Bronze, Aroso Linhares, Reis Marques, Ana Gaudêncio (coordenadores), *Juízo ou decisão? O problema da realização jurisdicional do direito*, edição do IJ, Coimbra, 2016, pp. 227-249.
- LOCHÁK, Danièle, “Protocolo No 4, Article 4”, in PETTITI, Louis-Edmond (Dir.), *La Convention européenne des droits de l'homme: Commentaire article par article, Economica*, 2e éd., Bruxelles, 1999, 1057-1059.
- MAROCHINI, Maša, “The interpretation of the European Convention Human Rights”, *Zbornik radova Pravnog fakulteta u Splitu*, god. 51, 1/2014., str. 63- 84.
- MAURO, Romani, “I criteri interpretativi della CEDU dopo l'adozione di 10 anni del Protocollo n. 11”, in *diritto & diritti*, 2017.
- MESSINEO, Francesco, “Yet Another Mala Figura: Italy Breached Non-refoulement Obligations by Intercepting Migrants' Boats at Sea, says ECtHR”, in *EJIL: Talk!*, February 24, 2012.
- MEYER-LADEWIG, Jens, NETTESHEIM, Martin, VON RAUMER, Stefan (Hrsg.), *Europäische Menschenrechtskonvention. Handkommentar*, 4. Auflage, Nomos, 2017.
- MEZZADRA, Sandro, *Diritto Di Fuga. Migrazioni, Cittadinanza, Globalizzazione* (seconda edizione), Ombre Corte, Verona, 2006.
- MORENO-LAX, Violeta, “Hirsi Jamaa and Others v Italy or the Strasbourg Court versus Extraterritorial Migration Control?”, *Human Rights Law Review* 12:3(2012), 574-598.
- MOWBRAY, Alastair, *The Development of the Positive Obligations Under the European Convention on Human Rights by the European Court of Human Rights*, Hart Publishing, Oxford and Portland, 2004.
- MOYN, Samuel, *Not Enough. Human Rights in an Unequal World*, Harvard University Press, 2018.
- MÜLLER, Friedrich, *Juristische Methodik*, 7. Aufl. Nomos, 1997.
- MURRAY, Rachel, *The African Charter of Human Rights – The System in Practice*, Oxford University Press, Oxford, 2019, pp. 230-234.
- NASCIBENE, Bruno, “Protocollo 4. Artt. 3 e 4”, in S. Bartole/B. Conforti/L. Raimondi (Eds.), *Commentario alla Convenzione europea per la tutela dei diritti dell'uomo e delle libertà fondamentali*, CEDAM, Padova, 2001, pp. 891-907.
- NASCIBENE, Bruno, “Condanna senza apelo della politica dei respingimenti. La sentenza della Corte europea dei diritti dell'uomo Hirsi et altri c. Italia”, *Documenti IAI*, Istituti Affari Internazionali, 12, 02, Marzo, 2012, pp. 1-5.
- NEVES, A. Castanheira, «O "jurisprudencialismo" - proposta de uma reconstrução crítica do sentido do direito», in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, n.os 3956 (Maio-Junho) e 3957 (Julho-Agosto) de 2009.
- NEVES, A. Castanheira, *Metodologia Jurídica: problemas fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 1993.
- OHCHR, *Expulsions of aliens in international human rights law*, OHCHR Discussion paper, Geneva, September 2006.
- OLIVEIRA, Andreia Sofia Pinto, “Introdução ao direito de asilo”, in CEJ, *Contencioso do direito de asilo e proteção subsidiária*, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 2015, pp. 41-59.
- OLIVEIRA, Andreia Sofia Pinto Oliveira, “Art. 12.”, in JERÓNIMO, Patrícia; GARRIDO, Rui; PEREIRA, Maria de Assunção do Vale (Coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, Observatório Lusófono dos Direitos Humanos, Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar, Braga, 2018, pp. 148-153.
- PALMER, Ellie, “Protecting Socio-Economic Rights Through the European Convention on Human Rights: Trends and Developments in the European Court of Human Rights”, in *Erasmus Law Review*, Volume 02, Issue 04, 2009, pp. 397-425.
- PAPANICOLOPULU, Irini, “Hirsi Jamaa v. Italy. Application No. 27765/09”, in *American Journal of International Law*, Volume 107, Issue 2 April 2013, pp. 417-423.

- PERRUCHOUD, Richard, "L'expulsion en masse d'étrangers", in *Annuaire français de droit international*, volume 34, 1988. pp. 677-693.
- PIJUNENBURG, Annick, "Is N.D. and N.T. v. Spain the new Hirsi?", in *Ejiltalk!*, 17 October, 2017.
- POGGE, Thomas, *World Poverty and Human Rights: Cosmopolitan Responsibilities and Reforms*, 2nd ed., Polity Press, Cambridge, 2008.
- PÖSCHL, Magdalena, "Art 4 4. ZPEMRK (Verbot der Kollektivausweisung von Ausländern)", in Korinek/Holoubek (Hrsg), *Österreichisches Bundesverfassungsrecht*, 6. Lieferung, Springer, Wien/New York, 2003, 1-25
- PÖSCHL, Magdalena, "Art 3 4. ZPEMRK (Verbot der Ausweisung eigener Staatsangehöriger)", in Korinek/Holoubek (Hrsg), *Österreichisches Bundesverfassungsrecht*, 6. Lieferung, 2003, Springer, Wien/New York, 1-30.
- PÖSCHL, Magdalena, "Art 2 4. ZPEMRK (Freizügigkeit)", in Korinek/Holoubek (Hrsg), *Österreichisches Bundesverfassungsrecht*, 6. Lieferung (2003), Springer, Wien/New York 1-64
- RANDAZZO, Bruna, *Lo straniero nella giurisprudenza della Corte Europea dei Diritti dell'uomo*, (Relazione internazionali), Corte Costituzionale, Roma, 2008.
- RIEMER, Lena, "The ECtHR as a drowning 'Island of Hope'?" Its impending reversal of the interpretation of collective expulsion is a warning signal", in *VerfassungsBlog*, 2019/2/19
- RIETIKER, Daniel, "Collective Expulsion of Aliens: The European Court of Human Rights (Strasbourg) as the Island of Hope in Stormy Times?", in *Suffolk Transnational Law Review*, Vol. 39, No. 3, Fall 2016.
- SACUCCI, Andrea, "Il divieto di espulsioni collettive di stranieri in situazioni di emergenza migratoria", in *Rivista Diritti umani e diritto internazionale* (Il Mulino), 1/2018, gennaio-aprile, pp. 29-52.
- SAIZ, Alejandro Arnaiz, "El Convenio de Roma, el Tribunal Europeo de Derechos Humanos y la cultura común de los derechos fundamentales en Europa", in *Revista Jurídica* (UCES) - Número 13 – 2009, pp. 158-176.
- SANCHO, Ángel Chuenca, *La expulsion de extranjeros en la Convencion Europea de Derechos Humanos*, Égido Editorial, Zaragoza, 1998.
- SCHABBAS, William, *The European Convention on Human Rights. A Commentary*, OUP, Oxford, 2015, pp. 1075-1080.
- SCHMALZ, Dana, "The identification of individuals. Some thoughts on the ECHR judgment in the case N.D. and N.T." *Völkerrechtsblog*, 16 Octoberm 2017.
- SCHOKKENBROEK, Jeroen, "Prohibition of Collective Expulsion of Aliens (Article 4 of Protocol No.4)", in Pieter van Dijk/ G. J. H. van Hoof, *Theory and Practice of the European Convention on Human Rights*, 4. Aufl., Intersentia, Antwerpen u.a. 2006, pp. 953-957.
- SCUTO, Filippo, "Aliens' protection against expulsion and prohibition of collective expulsion by the Jurisprudence of the European Court of Human Rights", in *federalismi.it* [Focus Human Rights] n. 1/2018.
- SITAROPOULOS, Nikolaos, "Migrant 'Push Backs' at Sea are Prohibited 'Collective Expulsions'", in *Oxford Human Rights Hub*, 8th February 2014.
- THORNTON, Liam, "The European Convention on Human Rights: A Socio-Economic Rights Charter?", in Egan, S., Thornton, L. and Walsh, J. (eds.). *Ireland and the European Convention on Human Rights: 60 Years and Beyond*, Bloomsbury, 2014.
- TISSIER, Marion, "Expulsions collectives de migrants: La Grande Chambre de la Cour EDH circonscrit dangereusement les garanties procédurales des étrangers", in *JADE (Journal d'actualité des droits européens)*, n° 25, 2016, s/p.
- UNITED NATIONS, *International Provisions Protecting the Human Rights of Non-Citizens - Study prepared by the Baroness Elles, Special Rapporteur of the Sub-Commission on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities* (E/CN.4/Sub.2/392/Rev.1), United Nations publications, Sales No. E.80.XIV.2.
- VALE, Luís, "Axiotelic meaning, phenomenological modes and sanctioning media of social-democratic constitutionality as a transcultural project of politonomical social justice", Comunicação apresentada no âmbito da *20th International Roundtable for the Semiotics of Law* (IRSL 2019), dedicada ao tema The Limits of Law, que decorreu nos dias 23-25 de Maio (a)
- VALE, Luís, "«(Br)exit ghost» ou «um conto de duas cidades»: Socialidade e constitucionalidade (transculturais?), entre dignidade, democracia e (Estado de) direito (Um olhar sobre o ensino britânico, em especial)", comunicação apresentada no âmbito das *XI Jornadas de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social*, subordinadas ao tema *Dignidade, Democracia e Estado de Direito*, e realizadas na Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga, 10-11 de Maio de 2019 (b)

- VALE, Luís, "À/a espera do(s) direito(s), entre atenção e resposta(s) universais-singulares. Para uma teoria normativa das listas e tempos de espera na realização prático-institucional da socialidade constitucional no sector da saúde", Coimbra, intervenção no *Encontro de Doutorandos do IJ*, promovido pelo Grupo O Direito e o Tempo, no dia 13 de Fevereiro de 2019 (c)
- VALE, Luís, "Noli mi tangere: Vulnerabilidade e Socialidade Constitucional no sector da saúde, entre pessoas, instituições e sistemas (Algumas fragilidades paradigmáticas) - Comunicação ao Colóquio *Vulnerability, Law and Rights*, organizado pelo Instituto Jurídico da UC, a 22 de Outubro de 2018 (d)
- VALE, Luís, "O 'sol da noite' e a lei das sombras na Roma de Caravaggio: regime e procedimentos de verdade - para um estudo jurídico-político sobre a violência", Comunicação às *X Jornadas de Filosofia do Direito, Teoria do Direito e Filosofia Social*, realizadas na U. Nova de Lisboa, nos dias 19 e 20/10/2018 (e)
- VANESTE, Frédéric, "Interpréter la Convention européenne des droits de l'homme et la Convention américaine des droits de l'homme: comment réconcilier les pratiques divergentes avec la théorie générale", in *Revue Québécoise de droit international*, hors-série mars 2016 (*Théories et réalités du droit international au XXIème siècle*). pp. 81-95.
- VIVES, Francisco Pascual, "Consenso e interpretación evolutiva de los tratados regionales de derechos humanos", *Revista Española de Derecho Internacional* (Sección ESTUDIOS), vol. LXVI/2, Madrid, julio-diciembre 2014, pp. 113-153
- WARBRICK, Colin, "Economic and Social Interests and the European Convention on Human Rights", in Mashood Baderin and Robert McCorquodale, *Economic, Social, and Cultural Rights in Action*, OUP, Oxford, 2007.
- WATCH, Corporate, *The Case Against Britain's mass deportation charter flights*, Corporate Watch Co-operative Ltd, London, September 2013.
- WEBER, Albrecht, "Menschenrechtlicher Schutz von Bootsflüchtlingen. Bedeutung des Straßburger Hirsijamaa-Urteils für den Flüchtlingsschutz", in *Zeitschrift für Ausländerrecht und Ausländerpolitik*, 8/2012, 32 Jahrgang. – pp. 267-268.
- WEISS, Regina, *Das Gesetz im Sinne der Europäischen Menschenrechtskonvention*, Duncker & Humblot, Berlin, 1996.
- WOJNOWSKA-RADZIŃSKA, Julia, *The Right of an Alien to be Protected against Arbitrary Expulsion in International Law*, Brill/Nijhoff, Leiden/Boston, 2015.
- YEPES, Rodrigo Uprimny y Duque, Luz María Sánchez, "Artículo 22. Derecho de Circulación y de Residencia", in Christian Steiner/Patricia Uribe (Coords.), *Convención Americana sobre Derechos Humanos comentada*, Suprema Corte de Justicia de la Nación/Konrad Adenauer Stiftung, México/Berlin/Bogotá, 2014, pp. 531 e ss
- YOUNG, Iris Marion, *Responsibility for Justice*, Oxford University Press, Oxford, 2011.

## Jurisprudências (mais relevantes)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Será ocioso recordar que as línguas oficiais são o Inglês e o Francês, pelo que se procede aqui a uma transliteração, de acordo com os usos seguidos por algumas Instituições Portuguesas. Em Inglês: *Alibaks and Others v. the Netherlands*, no. 14209/88, Commission decision of 16 December, Decisions and Reports 59; *Andric v. Sweden* (dec.), no. 45917/99, 23 February 1999; *Becker v. Denmark*, no. 7011/75, Commission decision of 3 October 1975, Decisions and Reports 4; *Berdzenishvili and Others v. Russia*, nos. 14594/07 and 6 others, 20 December 2016; *Berisha and Haljiti v. the former Yugoslav Republic of Macedonia* (dec.), no. 18670/03, ECHR 2005-VIII; *Čonka v. Belgium*, no. 51564/99, ECHR 2002-I; *Dritsas v. Italy* (dec), no. 2344/02, 1 February 2011; *Georgia v. Russia (I)* [GC], no. 13255/07, ECHR 2014; *Ghulami v. France* (dec.), no. 45302/05, 7 April 2009; *Hirsi Jamaa and Others v. Italy* [GC], no. 27765/09, ECHR, 2012; *K.G. v. Germany*, no. 7704/76, Commission decision of 1 March 1977; *Khlaifia and Others v. Italy* [GC], no. 16483/12, ECHR 2016; *M.A. v. Cyprus*, no. 41872/10, ECHR 2013; *M.A. and Others v. Lithuania*, no. 59793/17 ECHR 18 December, 2018; *N.D. and N.T. v. Spain*, 8675/15 and 8697/15, ECHR, 3 October 2017; *O. and Others v. Luxembourg*, no. 7757/77, Commission decision of 3 March 1978; *Sharifi and Others v. Italy and Greece*, no. 16643/09, 21 October 2014; *Shioshvili and Others v. Russia*, no. 19356/07, 20 December 2016; *Sultani v. France*, no. 45223/05, ECHR 2007; *Tahiri v. Sweden*, no. 25129/94, Commission decision of 11 January 1995.

- *Alibaks e Outros c. Holanda*, n.º 14209/88, (Dec. Com.) 16 de Dezembro de 1988.
- *Andric c. Suécia* (dec.), n.º 45917/99, 23 de Fevereiro de 1999.
- *Becker c. Dinamarca*, n.º 7011/75, (Dec. Com.), 3 de Outubro de 1975
- *Berdzenishvili e Outros c. Rússia*, n.os. 14594/07, 20 de Dezembro de 2016
- *Berisha e Haljiti c. Antiga República Jugoslava da Macedónia* (dec.), n.º 18670/03, ECHR 2005-VIII
- *Čonka c. Bélgica*, n.º 51564/99, ECHR 2002-I
- *Dritsas c. Itália* (dec), n.º 2344/02, 1 de Fevereiro de 2011
- *Georgia c. Rússia* (I) [GC], n.º 13255/07, ECHR 2014
- *Hirsi Jamaa e Outros c. Itália* [GC], n.º 27765/09, ECHR..... 2012
- *K.G. c. Alemanha*, n.º. 7704/76, (Dec. Com.) 1 de Março de 1977
- *Khlaifia e Outros c. Italy* [GC], n.º 16483/12, ECHR 2016
- *M.A. c. Chipre*, n.º 41872/10, ECHR, 2013
- *M.A. e Outros c. Lituânia*, n.º 59793/17 ECHR 18 de Dezembro de 2018
- *N.D. e N.T. c. Espanha* 8675/15 e 8697/15, ECHR, 3 de Outubro de 2017
- *O. e Outros c. Luxemburgo*, n.º 7757/77, (Dec. Com.) 3 de Março de 1978
- *Sharifi e Outros c. Itália e Grécia*, n.º 16643/09, 21 de Outubro de 2014
- *Shioshvili e Outros c. Rússia*, n.º 19356/07, 20 Dezembro de 2016
- *Sultani c. França*, n.º 45223/05, ECHR 2007-IV
- *Tahiri c.. Suécia*, no. 25129/94, (Dec. Com.), 11 de Janeiro de 1995

### **Convencionais (catalogação oficial)**

- *Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms* (European Convention on Human Rights) (Rome, 4 November 1950) - United Nations, Treaty Series, vol. 213, No. 2889, p. 221.
- *Protocol No. 4 to the Convention of 4 November 1950 for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms, securing certain rights and freedoms other than those already included in the Convention and in the first Protocol thereto* (Strasbourg, 16 September 1963), Ibid., vol. 1496, No. A–2889, p. 263.
- *Protocol No. 7 to the above-mentioned Convention* (Strasbourg, 22 November 1984), Ibid., vol. 1525, No. 2889, p. 195.
- *Protocol No. 11 to the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms of 4 November 1950, restructuring the control machinery established thereby* (Strasbourg, 11 May 1994), Ibid., vol. 2061, No. A–2889, p. 7.
- *Convention relating to the Status of Stateless Persons* (New York, 28 September 1954), Ibid., vol. 360, No. 5158, p. 117.
- *International Covenant on Civil and Political Rights* (New York, 16 December 1966), Ibid., vol. 999, No. 14668, p. 171.
- *Optional Protocol to the International Covenant on Civil and Political Rights* (New York, 16 December 1966), Ibid.
- *American Convention on Human Rights: “Pact of San José, Costa Rica”* (San José, 22 November 1969), Ibid., vol. 1144, No. 17955, p. 123.
- *African Charter on Human and Peoples’ Rights* (Nairobi, 27 June 1981), Ibid., vol. 1520, No. 26363, p. 217.
- *International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families* (New York, 18 December 1990)



Carles G.O'D. No Borders Festival. Barcelona, Spain. February 2019.  
(photo © Lluís Olive)